



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MODELO DE EDITAL

**COMPRA - SRP
HABILITAÇÃO SIMPLIFICADA (Art. 8º, II e III da IN SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, atualizada)
Lei Complementar nº 123, de 2006: itens exclusivos para ME/EPP/COO e itens para ampla participação.**

**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2018
(Processo Administrativo n.º 23074.035543/2018-17)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitação, sediado(a) no Prédio da Reitoria, 2º andar S/N – Cidade Universitária – João Pessoa-PB, realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data **provável** da sessão: **16/08/2018**

Horário: **09:00 (horário de Brasília)**

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços de para eventual aquisição de **MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO (III)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

1.3. Tendo em vista o caráter estimativo dos quantitativos apresentados no Termo de Referência (Anexo I), e com fundamento no art. 3º, inciso IV do Decreto 7892/2013 é que se faz necessário a aquisição através do sistema de registro de preço.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será a **UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**

2.2. Não houve participantes na IRP nº 28/2018

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. *A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.*

3.1.1 as aquisições e contratações das IFES são muito específicas, ao mesmo tempo em que podem atender, eventualmente, todas as IFES circunvizinhas. Ademais, é comum que as IFES executem descentralizações de crédito de outros órgãos ou ministérios, de modo que a disponibilidade do pregão para consolidar tais ações via adesão (“carona”) alavancam a pesquisa e extensão no Brasil com considerável impacto social positivo, por este motivo é que se Justifica a possibilidade de adesão para órgão não participante.

3.2. *Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

3.3. *As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.*

3.4. *As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao máximo de quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.*

3.5. *Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.*

3.6. *Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.*

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.2. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.3. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.2. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3.1. TODOS OS ITENS DESTES PREGÃO são de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

5.3.2. No presente pregão, não há incidência dos incisos e parágrafo único do art. 10 do Decreto 8538/2015.

5.4. Não poderão participar desta licitação interessados:

5.4.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.3. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

5.4.4. que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

5.4.5. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

5.5. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.5.1.1. nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.5.1.2. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na

Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;

5.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.5.3. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.5.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

5.5.5. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009;

6. DO ENVIO DA PROPOSTA

6.2. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

6.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.7. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.7.1. *valor unitário*;

6.7.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

6.7.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

6.7.3. Marca;

6.7.4. Fabricante;

6.7.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o *modelo e prazo de validade ou de garantia*.

6.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.

6.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema COMPRASNET, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,01 (um centavo de real).

7.8.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

7.8.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.9. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos

7.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.17. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18. Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.21.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. *Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.*

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.7.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.8. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.3. **Habilitação jurídica:**

9.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

9.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.3.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.3.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.3.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.4. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

9.4.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.4.5.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte pode apresentar documentação de regularidade trabalhista com restrição, desde que, em até 5 dias úteis contados da declaração do vencedor, regularize a documentação, sob pena de incidência de sanções e da decadência do direito à contratação (art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006).

9.5. Qualificação econômico-financeira,

9.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.5.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.5.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.5.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.5.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

9.6. *As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:*

9.6.1. *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.*

9.7. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.8. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), **no prazo de até 02 horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail compras_cpl@pra.ufpb.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **03 dias úteis**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), fac-símile (fax) ou e-mail.

9.8.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9 Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Pregoeiro consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.8.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.8.3. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de (.....) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

3.1.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

3.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

3.3. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.11. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.12. Nos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. *A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:*

11.1.1. *ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.*

11.1.2. *conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.*

11.2. *A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.*

11.2.1. *Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.*

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura,

mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja(m) assinada(s) no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização). O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5. **A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da Lei 8.666/93.**

15.6. Os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas estão descritos no Termo de Referência (Anexo I).

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irredutíveis.

16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 21.1.2. apresentar documentação falsa;
- 21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.5. não mantiver a proposta;
- 21.1.6. cometer fraude fiscal;
- 21.1.7. comportar-se de modo inidôneo.

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.3.1. Multa de 10 % (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.4.1. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.7. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail compras_cpl@pra.ufpb.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Prédio da Reitoria, 2º andar, S/N, PRA/CPL, Cep 58.051-900, Jardim Cidade Universitária, João Pessoa-PB.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço UFPB – Campus I, Prédio da Reitoria, 2º andar, setor PRA/CPL, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.10.1. ANEXO I - Termo de Referência;

23.10.2. ANEXO II – Ata de Registro de Preços;

João Pessoa, 02 de agosto de 2018

Assinatura da autoridade competente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE MATERIAL

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 16/2018

(Processo Administrativo n.º 23074. 035543/2018-17)

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o registro de preços para Eventual aquisição de **MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO (III)**, para atender à demanda dos diversos setores da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

- 1.1. Conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no site do COMPRASNET ou na nota de empenho, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.
- 1.3. Deverá ser observada a quantidade de unidades, atentando para o mínimo fixado no Termo de Referência para cada item; em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

OBS.: Cada Nota Fiscal só poderá corresponder a uma Nota de Empenho.

1.4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	UNID. MEDIDA	CÓDIGO CATMAT	DISCRIMINAÇÃO DE MATERIAL	VALOR REFERÊNCIA UNITÁRIO	QUANTIDADE TOTAL	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL
1	LITRO	349663	ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, TEOR ALCOÓLICO MÍNIMO DE 99,5 GL, FÓRMULA QUÍMICA C ₂ H ₅ OH, PESO MOLECULAR 46,07, GRU DE PUREZA MÍNIMA DE 99,7 P/P INPM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ABSOLUTO, REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 64-17-5. (EMBALAGEM DE 1000 ML).	R\$ 31,06	551	R\$ 17.115,90
2	UND		BERÇO PARA CORAR LÂMINA, TIPO MOLA, AÇO	R\$ 97,97	11	R\$ 1.077,63

			INOX, CAPACIDADE 48 LÂMINAS.			
3	UND	404546	RESTAURADOR PROVISÓRIO – EMBALAGEM COM 20G	R\$ 7,80	91	R\$ 709,50
4	LITRO		CORANTE, HEMATOXILINA SEGUNDO HARRIS, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO. FORMA DE APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 1000ML	R\$ 156,86	17	R\$ 2.666,62
5	LITRO	352742	ÉTER DIETÍLICO, (C ₂ H ₅) ₂ O, LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, ODOR CARACTERÍSTICO, PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, 74,12 G/MOL, REAGENTE P.A. ANIDRO, CAS 60-29-7	R\$ 61,23	51	R\$ 3.122,73
6	MILILITRO	413018	EUCALIPTOL, LÍQUIDO INCOLOR, C ₁₀ H ₁₈ O, 54,25 G/MOL, MÍNIMO DE 99%, CAS 470-82-6, FRASCO DE 10ML	R\$ 10,76	27	R\$ 290,61
7	CX		FILME PERIAPICAL INFANTIL INSIGHT, CAIXA COM 100	R\$ 196,37	21	R\$ 4.123,84
8	UND	341489	FIO ORTODÔNTICO, AÇO INOXIDÁVEL, DURO, REDONDO, 0,60 MM, ROLO COM 50G	R\$ 8,72	11	R\$ 95,96
9	UND	242610	FIO ORTODÔNTICO, AÇO INOXIDÁVEL, DURO, REDONDO, 0,70 MM, ROLO COM 50G	R\$ 11,07	11	R\$ 121,73
10	UND	341490	FIO ORTODÔNTICO, AÇO INOXIDÁVEL, DURO, REDONDO, 0,80 MM, ROLO COM 50G.	R\$ 9,52	11	R\$ 104,68
11	FRASCO		FLOXINA B (Cl. 45410) - EMBALAGEM DE 25G	R\$ 283,96	7	R\$ 1.987,74
12	LITRO	362990	FORMALDEÍDO (FORMOL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, FÓRMULA QUÍMICA H ₂ CO, PESO MOLECULAR 30,03, GRAU DE PUREZA CONCENTRAÇÃO ENTRE 37 E 40%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 50-00-0, FRASCO COM 1 LITRO	R\$ 40,83	125	R\$ 5.104,17
13	LITRO	362990	FORMALDEÍDO (FORMOL), LÍQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, H ₂ CO, 30,03 G/MOL, CONCENTRAÇÃO ENTRE 37 E 40%, CAS 50-00-0	R\$ 40,38	420	R\$ 16.959,60

14	KG	354240	FOSFATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO PÓ FINO DE CRISTAIS BRANCOS, INODORO, HIGROSCÓPICO, FÓRMULA QUÍMICA $Na_2HPO_4 \cdot 7H_2O$ (BIBÁSICO HEPTAHIDRATADO), MASSA MOLECULAR 268,07, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A. ACS, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7782-85-6.	R\$ 44,12	40	R\$ 1.764,80
15	KG	347727	FOSFATO DE SÓDIO, ASPECTO FÍSICO PÓ FINO DE CRISTAIS BRANCOS, INODORO, HIGROSCÓPICO, FÓRMULA QUÍMICA NaH_2PO_4 (MONOBÁSICO ANIDRO), MASSA MOLECULAR 119,98, GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 98, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A., NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 7558-80-7FRASCO COM 1000G	R\$ 23,67	16	R\$ 378,67
16	CX		LÂMINA PARA MICROSCOPIA FOSCA FN NÃO LAPIDADA 26X76 MM, CX. COM 50 UNID	R\$ 8,83	115	R\$ 1.015,83
17	CX		LAMINULAS PARA MICROSCOPIA 24 X 50MM, CAIXA COM 100 UNIDADES	R\$ 7,57	140	R\$ 1.059,33
18	POTE	347588	ÓXIDO DE ALUMÍNIO, ÁCIDO, PÓ BRANCO, INODORO, Al_2O_3 , 101,96 G/MOL, CAS 1344-28-1/ POTE COM 500G	R\$ 61,23	29	R\$ 1.775,57
19	KIT	251430	Pino de fibra de vidro intra radicular. Indicado para apoio de restaurações e coroas protéticas, REFIL NÚMERO 1, KIT COM 5 PINOS+ BROCA.	R\$ 70,02	31	R\$ 2.170,72
20	UND		PINO METÁLICO DE PIVÔ DOURADO, com 100 unidades	R\$ 39,17	48	R\$ 1.880,32
21	PC	267000	PINO - USO ODONTOLÓGICO, POLICARBONATO, INTRA-RADICULAR, MOLDAGEM INTRA RADICULAR, 1,0	R\$ 23,04	13	R\$ 299,56

			MM, VERMELHA, 1,3 CM EMBALAGEM 50,00 UN			
22	KIT		PINOS DE FIBRA DE VIDRO, KIT 30 PINOS, 3 BROCAS E GABARITO	R\$ 306,87	21	R\$ 6.444,27
23	KIT	385440	PINOS DE FIBRA DE VIDRO, REFIL NÚMERO 2, KIT COM 5 PINOS E BROCA DC.	R\$ 66,68	31	R\$ 2.067,18
24	KIT		PINOS METÁLICOS EM AÇO INOX – REFOR POST – KIT 60 PINOS + 1 CHAVE + 1 GABARITO + BROCA KIT COM 20 UNIDADES	R\$ 193,34	21	R\$ 4.060,21
25	PCT		PLACA CRISTAL (PET-G) 2 MM REDONDA COM 5 UNIDADES	R\$ 35,49	21	R\$ 745,29
26	CAIXA		PLACA DE SILICONE REDONDA, 0,3MM DE ESPESSURA, P/ MOLDEIRAS DE CLAREAMENTO, CAIXA COM 10 UNIDADES	R\$ 15,64	21	R\$ 328,44
27	KIT	428721	POLIÉTER DE MÉDIA VISCOSIDADE PARA IMPRESSÕES (MOLDAGEM) KIT COM 1 UNIDADE DE BASE, 120ML DE MÉDIA VISCOSIDADE + 1 UNIDADE DE CATALISADOR, 15ML	R\$ 283,97	8	R\$ 2.271,76
28	CAIXA		PONTA DESCARTÁVEL PARA SERINGA CENTRIX, CAIXA COM 20 UNIDADES.	R\$ 70,56	21	R\$ 1.481,83
29	UND	404491	PONTA DIAMANTADA – 3195 – USO ODONTOLÓGICO.	R\$ 9,63	11	R\$ 105,89
30	KIT	427266	PONTAS DE SILICONE PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA PONTAS ENHANCE SISTEMA DE PASSO ÚNICO, EMBALAGEM COM 7 UNIDADES, SENDO 5 ENHANCE E 2 POGOS (CHAMA DE VELA)	R\$ 95,60	33	R\$ 3.154,80
31	KIT		PONTAS PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA COMPOSTA SÉRIE PRATEADA, KIT COM 7 UND	R\$ 55,38	26	R\$ 1.439,97
32	UND		PORTA AGULHA EM AÇO INOX COM PONTA DE VIDEA 17CM MAYO HEGAR	R\$ 171,26	11	R\$ 1.883,90
33	UND	426506	PORTA AMÁLGAMA, MATERIAL AÇO	R\$ 38,76	11	R\$ 426,32

			INOXIDÁVEL, TIPO DESMONTÁVEL, APLICAÇÃO INSERÇÃO AMÁLGAMA DE PRATA EM CAVIDADES CLASSE I E, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE AOS PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE. GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO			
34	UND	420232	POSICIONADOR DE FILME RADIOGRÁFICO AUTOCLÁVEL INFANTIL, KIT COM PEÇAS + POTE ARMAZENAMENTO.	R\$ 75,32	11	R\$ 828,56
35	UND	411437	POTE ODONTOLÓGICO, MATERIAL VIDRO, FORMATO CILÍNDRICO, TRANSMITÂNCIA TRANSPARENTE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 2 CAVIDADES, TIPO DAPPEN, TAMANHO 4 X 4 CM.	R\$ 2,70	91	R\$ 245,70
36	FRASCO	398705	PVPI DEGERMANTE A 10% COM 1% DE IODO ATIVO, FRASCO DE 1 LITRO	R\$ 23,69	71	R\$ 1.681,99
37	FRASCO	408763	QUATERNÁRIO DE AMÔNIA – DESINFETANTE PARA INSTRUMENTOS E EQUIPAMENTOS A BASE DE FORMALDEÍDO, QUATERNÁRIO DE AMÔNIO E ÁLCOOL, FRASCO DE 1 LITRO	R\$ 7,14	12	R\$ 85,72
38	UND	390460	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL INCOLOR (PÓ) EMBALAGEM COM 220 G	R\$ 40,04	101	R\$ 4.044,38
39	KIT	427919	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL KIT – GRANULAÇÃO FINA (COR VERMELHA) FRASCO COM 50 G DE PÓ + 50ML LÍQUIDO	R\$ 70,31	54	R\$ 3.796,92
40	FRASCO	390459	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR 60, FRASCO COM 80G.	R\$ 15,12	6	R\$ 90,70
41	FRASCO	390460	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR 61, FRASCO COM 80G.	R\$ 15,12	6	R\$ 90,70
42	FRASCO	390461	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR 62, FRASCO COM 80G.	R\$ 15,12	11	R\$ 166,28

43	FRASCO	390462	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR 66, FRASCO COM 80G.	R\$ 15,12	16	R\$ 241,87
44	FRASCO	390462	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR 67, FRASCO COM 80G.	R\$ 15,12	11	R\$ 166,28
45	FRASCO	390464	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL PÓ COR 69, FRASCO COM 80G.	R\$ 15,12	6	R\$ 90,70
46	FRASCO	390460	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL ROSA (PÓ), FRASCO COM 220G.	R\$ 27,22	15	R\$ 408,25
47	UND	390456	RESINA ACRÍLICA AUTOPOLIMERIZÁVEL (LÍQUIDO) FRASCO DE 250 ML	R\$ 38,98	106	R\$ 4.131,88
48	CAIXA		RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE BAIXA VISCOSIDADE (RESINA FLOW) COR A2, KIT CONTENDO 1 SERINGA COM 2g E 1 PONTEIRA.	R\$ 157,20	18	R\$ 2.829,66
49	BISNAGA	390512	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE MICROPARTÍCULA COR A1, seringa com 4g	R\$ 56,83	26	R\$ 1.477,67
50	BISNAGA	390512	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE MICROPARTÍCULA COR A2 seringa com 4g	R\$ 56,83	41	R\$ 2.330,17
51	BISNAGA	390512	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE MICROPARTÍCULA COR A3,5 seringa com 4g	R\$ 56,83	36	R\$ 2.046,00
52	BISNAGA	390512	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE MICROPARTÍCULA COR A3 seringa com 4g	R\$ 56,83	41	R\$ 2.330,17
53	BISNAGA	390512	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA DE MICROPARTÍCULA COR B1 seringa com 4g	R\$ 56,83	26	R\$ 1.477,67
54	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A1) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	31	R\$ 1.605,18
55	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A1) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	25	R\$ 1.294,50
56	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA	R\$ 51,78	36	R\$ 1.864,08

			MICROHÍBRIDA (A2) PARA DENTINA SERINGA COM 4G			
57	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A2) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	36	R\$ 1.864,08
58	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A3) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	56	R\$ 2.899,68
59	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A3) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	41	R\$ 2.122,98
60	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A3,5) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	51	R\$ 2.640,78
61	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (A3,5) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	31	R\$ 1.605,18
62	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (B1) PARA DENTINA SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
63	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (B2) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	36	R\$ 1.864,08
64	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (B2) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
65	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (B3)) PARA DENTINA, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	36	R\$ 1.864,08
66	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (B4)) PARA DENTINA, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
67	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (C1)) PARA DENTINA, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28

68	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (C2) PARA DENTINA, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
69	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (C3) PARA DENTINA, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	21	R\$ 1.087,38
70	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (INCISAL), SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
71	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA (OA2), SERINGA COM 4G..	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
72	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA OA3, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
73	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA OA3,5, SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
74	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA OPACA (OB2), SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
75	BISNAGA	390513	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA MICROHÍBRIDA OPACA (OC2), SERINGA COM 4G.	R\$ 51,78	26	R\$ 1.346,28
76	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A1) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
77	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A1) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	21	R\$ 1.038,66
78	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A2) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	36	R\$ 1.780,56
79	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A2) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
80	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A3) PARA	R\$ 49,46	36	R\$ 1.780,56

			DENTINA SERINGA COM 4G			
81	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A3) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
82	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A3,5) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	36	R\$ 1.780,56
83	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (A3,5) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
84	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (B 0,5) SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	17	R\$ 840,82
85	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (B2) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
86	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (B2) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
87	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (B3) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	36	R\$ 1.780,56
88	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (B3) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	26	R\$ 1.285,96
89	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (C2) PARA DENTINA SERINGA COM 4G	R\$ 71,08	26	R\$ 1.847,99
90	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (C2) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 71,08	16	R\$ 1.137,23
91	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA (C3) PARA ESMALTE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	21	R\$ 1.038,66
92	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA	R\$ 49,46	16	R\$ 791,36

			NANOHÍBRIDA (C4) PARA ESMALTE, SERINGA COM 4G			
93	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA INCISAL, SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	21	R\$ 1.038,66
94	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA T-BLUE SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	21	R\$ 1.038,66
95	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA T-NATURAL SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	21	R\$ 1.038,66
96	BISNAGA	404479	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOHÍBRIDA TRANSLÚCIDA SERINGA COM 4G	R\$ 49,46	21	R\$ 1.038,66
97	BISNAGA	407163	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOPARTICULADA PARA DENTINA (A2). SERINGA COM 4G (Todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros)	R\$ 39,95	16	R\$ 639,20
98	BISNAGA	407163	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOPARTICULADA PARA DENTINA (A3). SERINGA COM 4G (Todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros)	R\$ 39,95	21	R\$ 838,95
99	BISNAGA	407163	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOPARTICULADA PARA ESMALTE (A2). SERINGA COM 4G (Todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros)	R\$ 39,95	16	R\$ 639,20
100	BISNAGA	407163	RESINA COMPOSTA FOTOATIVADA NANOPARTICULADA PARA ESMALTE (A3). SERINGA COM 4G (Todas as partículas com tamanho inferior a 100 nanômetros)	R\$ 39,95	26	R\$ 1.038,70
101	BISNAGA	390514	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL FLUIDA A3,5 (SERINGA COM 4 G),	R\$ 51,55	21	R\$ 1.082,55
102	CAIXA		RESINA INCREMENTO ÚNICO DE 4MM, 2G + 10 PONTAS.	R\$ 118,66	31	R\$ 3.678,46
103	CAIXA		RESINA PARA REEMBASAMENTO À BASE DE RESINA	R\$ 123,36	21	R\$ 2.590,49

			ACRÍLICA (TIPO SOFTCONFORT), KIT COM FRASCO DE 40G DE RESINA, 40ML DE LÍQUIDO E 8ML DE GLAZE + ACESSÓRIOS			
104	CAIXA		RESINA PARA REEMBASAMENTO RIGIDA EMBALAGEM C/ 1 KIT COLD LINER REEMBASE - 1 FRASCO DE 30G DE PÓ INCOLOR, 1 FRASCO DE LÍQUIDO 30ML, 1 FRASCO DE GLAZE 8ML, 1 FRASCO DE ISOLANTE LÍQUIDO 8ML, 2 COPOS MEDIDORES	R\$ 88,69	11	R\$ 975,63
105	UNID		SABONETE LÍQUIDO ANTIMICROBIANO, FRASCO DE 1 LITRO	R\$ 14,90	926	R\$ 13.800,49
106	UNID	353775	SACO BRANCO PARA MATERIAL INFECTANTE SOLDA DE FUNDO TIPO ESTRELA, PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES NÃO PERFURO CORTANTES. ATENDE AS NORMAS DE HIGIENE E SEGURANÇA DA ANVISA E ABNT CAPACIDADE DE 30L, pacote com 100 unidades	R\$ 14,60	959	R\$ 13.998,20
107	KIT	390762	SELANTE IONOMÉRICO QUIMICAMENTE ATIVADO PARA SULCOS E CICATRÍCULAS - KIT COM 1 FRASCO DE CIMENTO EM PÓ (10g), 1 FRASCO DE LÍQUIDO (8g) E DOSADOR	R\$ 34,40	19	R\$ 653,54
108	CX		SELANTE IONOMÉRICO FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTO DE ionomero de vidro, cálcio e fosfato COM DISPENSADOR EM CLICKERT	R\$ 415,64	12	R\$ 4.987,64
109	UND	404304	SELANTE RESINOSO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FÓSSULAS E FISSURAS COM FLÚOR, CLICKER COM 10g			
110	UND		SERINGA DESCARTÁVEL 10 ML COM AGULHA 25X7MM			
111	UND		SERINGA DESCARTÁVEL DE 20CC. CAIXA COM 50 UNIDADES COM AGULHA			

112	FRASCO	391629	SILANO PRÉ ATIVADO, FRASCO COM 5ML	R\$ 35,17	18	R\$ 633,12
113	KIT	428723	SILICONE DE ADIÇÃO PARA MOLDAGEM - KIT COM 01 PASTA DENSA; 01 PASTA FLUIDA E 01 CATALIZADOR	R\$ 464,97	26	R\$ 12.089,22
114	KIT	428720	SILICONE DE CONDENSAÇÃO PARA MOLDAGEM - KIT COM 01 PASTA DENSA; 01 PASTA FLUIDA E 01 CATALIZADOR	R\$ 159,06	26	R\$ 4.135,47
115	GALÃO		SILICONE PARA LABORATÓRIO DE PRÓTESE GALÃO COM 5KG	R\$ 486,81	16	R\$ 7.789,01
116	CAIXA	405632	SOLUÇÃO PROCESSADORA FIXADORA CONCENTRADA PARA PROCESSAMENTO MANUAL, FRASCO COM 475 ML	R\$ 8,31	361	R\$ 3.001,11
117	CAIXA	405620	SOLUÇÃO PROCESSADORA REVELADORA CONCENTRADA PARA PROCESSAMENTO MANUAL, FRASCO COM 475 ML	R\$ 9,03	311	R\$ 2.808,33
118	UND		SONDA MILIMETRADA DE PERIODONTIA, EM AÇO INOX, CABO DE 8MM	R\$ 43,43	31	R\$ 1.346,33
119	EMBALAGEM	433634	SORO FISIOLÓGICO 0,9%, EMBALAGEM COM 500ml	R\$ 4,99	291	R\$ 1.451,12
120	PACOTE	425290	SUGADOR ODONTOLÓGICO DESCARTÁVEL. Tubo e ponteira atóxicos; Arame em aço I; Ponteira macia. (Pacote com 40 unidades)	R\$ 4,46	131	R\$ 584,26
121	CAIXA	406293	SUGADOR, RESINA ABS/POLIPROPILENO/PVC, SANGUE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL. CAIXA COM 20 UNIDADES E 40 PONTEIRAS.	R\$ 23,21	101	R\$ 2.343,87
122	UND		PORTA RESINA COM GRADE, CONFECCIONADO EM ACRÍLICO; CAPACIDADE PARA 23 BISNAGAS	R\$ 62,93	22	R\$ 1.384,53
123	UNIDADE	270307	TAÇA DE BORRACHA, TIPO PARA CONTRA ÂNGULO, COM PROTETOR	R\$ 1,56	76	R\$ 118,31

124	CX		TIRA DE LIXA EM AÇO, 6MM, PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES DE AMÁLGAMA, CAIXA COM 12 UNIDADES.	R\$ 17,13	56	R\$ 959,28
125	CX		TIRA DE LIXA PARA ACABAMENTO DE RESINA, DUPLA GRANULAÇÃO COM 4MM DE LARGURA E 170MM DE COMPRIMENTO, CAIXA COM 150 TIRAS.	R\$ 23,17	71	R\$ 1.645,07
126	ENVELOPE	406147	TIRA MATRIZ DE POLIÉSTER, ENVELOPE COM 50 FOLHAS DE 10CM, 10MM, DESCARTÁVEL	R\$ 4,81	56	R\$ 269,55
127	CAIXA	381391	TIRA REAGENTE ONE TOUCH ULTRA (CAIXA COM 50 UNID.) – PARA GLICEMIA CAPILAR.	R\$ 49,42	71	R\$ 3.508,58
128	UND	292372	TOXINA BOTULINICA TIPO A COM 100 UNIDADES	R\$ 809,32	21	R\$ 16.995,65
129	FRASCO	429973	TRICRESOL FORMALINA MEDICAÇÃO INTRACANAL, FRASCO COM 10ML	R\$ 8,66	41	R\$ 355,20
130	UND		VASELINA - PASTA, UND COM 90g	R\$ 10,58	63	R\$ 666,75
131	LT		VASELINA LÍQUIDA, FRASCO DE 1 LITRO.	R\$ 24,60	34	R\$ 836,40
132	FRASCO	429586	VERNIZ CAVITÁRIO CONVENCIONAL (FORRADOR CAVITÁRIO), FRASCO COM 10ML.	R\$ 14,05	21	R\$ 295,12
133	CX	428166	VERNIZ FLUORETADO (COM SOLVENTE) 22.000 PPMF, KIT CONTENDO 1 FRASCO DE 10ML DE VERNIZ E 10ML DE SOLVENTE.	R\$ 20,98	26	R\$ 545,57
134	VD		VERNIZ PROTETOR, DE IONÔMERO DE VIDRO, FRASCO COM 5ML.	R\$ 67,57	16	R\$ 1.081,07
135	LITRO		XILOL: Reagente, aspecto físico líquido, aplicação citologia, tipo xilol p.a., embalagem em frasco de vibro âmbar.	R\$ 29,07	139	R\$ 4.041,19
TOTAL				R\$	301.674,70	

Validade/Garantia: Mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da sua entrega, salvo se outro mais vantajoso for assegurado pelo fornecedor.

Local de Entrega: Almoxarifado Central da UFPB – localizado na Cidade Universitária, Campus I, João Pessoa/PB. Horário: 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira. As entregas devem ser AGENDADAS com antecedência de 05 dias úteis, com o Diretor do Almoxarifado Central da

1.5 Por se tratar de registro de preço, entende-se que a quantidade mínima a ser cotada e adquirida pela Administração é de 01 peça de cada item deste Pregão. (art. 9º, inciso IV, do decreto nº 7892/13).

1.6 Com relação a SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL e atendendo a INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2010 E 01/2014, solicitamos, no que couber:

1.6.1 que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação a seus similares;

1.6.2 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

1.6.3 que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

1.7 A comprovação dos subitens anteriores se dará por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição dos Materiais constantes neste termo de referência visa suprir os quantitativos de estoque para atender às demandas das diversas unidades da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

2.2. A justificativa para as quantidades que se pretende contratar ocorreu através de um levantamento da demanda, realizado através do Memorando Circular Nº 110/2018-PRA, o que resultou nas requisições constantes no Processo, consolidadas na Intenção de Registro de Preço – IRP do SIPAC Nº 13/2018, embasando a abertura de um Pregão SRP para atender a demanda dos Centros, Pró Reitorias e Órgãos Suplementares da Universidade Federal da Paraíba.

2.3. Tendo em vista o caráter estimativo dos quantitativos apresentados, torna-se necessária a aquisição através de Registro de Preços.

2.4. A forma estabelecida para a realização da licitação (Pregão Eletrônico para Registro de Preços) vai ao encontro da finalidade do sistema “IRP - Intenção de Registro de Preços”, implementado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais, com amparo no Decreto 7.892, de 23 de janeiro 2013, cuja funcionalidade é permitir a Administração tornar públicas, no âmbito dos órgãos integrantes do SISG (Sistema de Serviços Gerais), suas intenções de realizar licitações, na modalidade Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com o intuito de proporcionar a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto.

2.5. A escolha da licitação por Registro de Preços em um único processo proporciona economia processual para manter nossos estoques abastecidos pelo prazo de um ano, sem que se

gaste tempo e recursos efetuando diversas aquisições em locais diferentes da Universidade ou até mesmo diversas licitações para aquisição destes itens em uma mesma Unidade.

2.6. As vantagens proporcionadas, em síntese, do Registro de Preços, são as seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações.

2.7. Na tentativa de se formar o preço de referência para iniciar o processo de pregão, foram realizadas pesquisas de preços em atas de registro de preço e através de orçamentos com empresas especializadas no objeto a ser licitado, conforme IN nº 05/2014, 07/2014 e 03/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Departamento de Logística e Serviços Gerais. Com isso, justificamos o prosseguimento do processo de pregão.

2.8. Informamos ainda que o processo de formalização do pedido é feito de forma oficial por requisitantes previamente autorizados através de **Portarias**, designando os representantes de cada Centro, Pró Reitorias e Órgãos Suplementares, para cadastrar e acompanhar os pedidos/requisições de material de consumo e permanente, em ambiente próprio do SIPAC, desta forma fica caracterizado uma solicitação em documento oficial.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/MATERIAIS

3.1. A natureza do objeto a ser contrato é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520 de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa (*única ou parcelada*), no endereço do órgão gerenciador.

4.2. Os bens/materiais serão recebidos **provisoriamente**, assim que efetuada a entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os bens/materiais poderão ser rejeitados, caso apresentem defeitos e/ou violações de lacre, ou estejam em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até **24 (vinte e quatro)** horas, a partir da comunicação oficial, sem qualquer custo adicional para a contratante.

4.4. Os bens serão recebidos **definitivamente** até **05 (cinco) dias úteis** da entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

- 5.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 5.1.2.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.3.** comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.4.** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 5.1.5.** efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados
- 5.3.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
 - 6.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 6.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 6.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 6.1.6.** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 7.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo

à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

10.1.3. fraudar na execução do contrato;

10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.1.6. não mantiver a proposta.

10.2.A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

10.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

10.2.2. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

10.2.3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- 10.2.5.** suspensão de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.6.** impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.7.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3.** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 10.3.1.** tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2.** tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3.** demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 10.5.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

11. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1 O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor de compras, com base nas informações repassadas pelos Centros Universitários requisitantes, tendo como equipe de apoio os servidores relacionados na Portaria nº 031/2018/GAB/PRA.

João Pessoa, 02 de Agosto de 2018

Demóstenes Burégio de Oliveira Lima
Assessor da Divisão de Material

Aprovado por:

Alúcio Mário Lins Souto
Pró-Reitor Administrativo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II –ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º

O (A), UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, com sede no(a) CAMPUS UNIVERSITÁRIO S/N, na cidade de João Pessoa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 24.098.477/0001-10, neste ato representado(a) pelo(a) Sr. *Aluísio Mário Lins Souto*, Pró-Reitor de Administração, nomeado(a) pela Portaria nº 1.886 de 01 de dezembro de 2016, publicada no dia 02 de dezembro de 2016, portador(a) do CPF nº 058.142.314-32 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº 16/2018**, publicada no de/...../200....., processo administrativo n.º 23074.035543/2018-17, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de **MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO (III)**, especificado(s) **no Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão nº 16/2018**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)						
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. VALIDADE DA ATA

3.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir do(a) sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

4.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

4.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

4.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

4.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

4.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

4.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

4.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

4.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

4.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 5.7.1, 5.7.2 e 5.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

4.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

4.9.1. por razão de interesse público; ou

4.9.2. a pedido do fornecedor.

5. CONDIÇÕES GERAIS

5.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

5.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)